



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **O RISCO DA INFORMATIZAÇÃO COMO ATO DE FÉ: CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA PARA O DEBATE SOBRE INCLUSÃO DIGITAL**

**Karen Martins Nunes dos Santos**

**Programa de Pós-graduação em Sociologia- USP- Nível Mestrado**

**karen.nunes83@gmail.com**

### Introdução

A disseminação dos computadores e da Internet, a digitalização dos sistemas e os avanços da biotecnologia mostraram que a transposição dessa tecnologia dos laboratórios para o cotidiano das experiências sociais alterou percepções e práticas, modificando-as e reordenando-as de modo incontornável. Surgem assim diversos conceitos que visam dar conta dessa nova configuração social definida a partir de seu desenvolvimento tecnológico, como sociedade da informação, sociedade midiaticizada, sociedade do conhecimento, sociedade em rede, cibercultura, sociedade digital, era do acesso, entre outros que vêm surgindo a cada novo debate. Nesta nova configuração social, as chamadas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) — entendidas aqui como as tecnologias de digitalização e comunicação em rede surgidas no contexto da chamada Revolução Informática ou Terceira Revolução Industrial, desenvolvidas a partir da década de 70— assumiram na contemporaneidade um papel central como mediadoras da experiência social, enquanto suporte técnico e nó das operações intelectuais, financeiras e dos diversos exercícios de sociabilidade.

O estudo em desenvolvimento se propõe a investigar o uso dessas TICs tendo como enfoque o uso social do computador, uma vez que o computador revela-se cada vez mais como um grande instrumento mediador da experiência social. O olhar sociológico deste trabalho tem como objetivo questionar os mecanismos objetivos que operam no uso concreto do computador. É importante apontar que as chamadas políticas de inclusão digital ganharam força a partir dos anos 2000, já que o reconhecimento do



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

engajamento na sociedade da informação como fator decisivo de participação nos processos de inovação do capitalismo contemporâneo, obrigou os países a porem em marcha uma informatização maciça, adaptando e convertendo cada vez mais os métodos tradicionais de trabalho e de atividades cotidianas de sua população. A metodologia utilizada tem como referencia as pesquisas e os conceitos bourdiesianos, e visa apontar elementos que desmistifiquem a informatização como um ato de fé, mostrando que não é o simples disponibilizar o acesso ao computador e à Internet que fará com que se desencadeiem transformações na vida política, cultural, social e econômica de um indivíduo, de uma comunidade ou de um país; a ágora virtual da qual trata Pierre Lévy em *Inteligencia coletiva: por uma antropologia do ciberespaço*, e que muito inspira o discurso sobre a inclusão digital, está muito longe de ser uma construção possível com o simples acessar a Internet.

O texto a seguir está estruturado em três partes: na primeira parte será apresentado um breve histórico do computador e da Internet; na segunda parte serão tratados os principais esforços para a inclusão digital no Brasil, seguida de uma problematização teórica dos limites desses esforços e, por fim, apresentarei na terceira parte as considerações finais em que se discutem as implicações da orientação central da inclusão digital no Brasil.

### 1. Breve história do computador e da Internet

O século XX, especialmente a partir de sua segunda metade, apresentou-nos uma velocidade antes desconhecida nos processos de surgimento de novas tecnologias, transformando o papel e a importância da comunicação, colocando-a como fenômeno social de grande interesse. A partir das últimas décadas do século XX, a convergência tecnológica e sua disseminação nas diversas práticas sociais (econômicas, políticas, sociais e culturais) fizeram com que nossa época fosse analisada e denominada a partir dessa centralidade da mídia e das tecnologias. Apesar de gestadas nos anos 60 e 70, as grandes transformações tecnológicas do século XX e seu impacto na sociedade, tiveram os anos 90 como à década em que o impacto das chamadas novas tecnologias sobre a



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

vida, a cultura, o trabalho e todas as dimensões sociais se fez sentir com total intensidade e irreversivelmente.

Foi durante a II Guerra Mundial que a ciência da computação deu seu salto significativo, sendo que os anos 40 foram decisivos ao desenvolvimento dos primeiros computadores na Inglaterra e nos EUA com uso restrito ao ambiente militar. No ano de 1940 nos EUA, o matemático norte-americano Von Neumann elaborou um modelo de computador que se tornou a base dos computadores utilizados até os dias de hoje, já que o desenvolvimento deste projeto inicial deu origem ao primeiro grande computador digital chamado de Electronic Numeric Integrator and Calculator (ENIAC), criado entre 1943 e 1946, também nos EUA. É interessante apontar aqui que o termo computador foi utilizado pela primeira vez em 1944, quando o jornal inglês London Times publicou uma matéria sobre equipamentos inteligentes que no futuro poderiam substituir o esforço humano. (GEHRINGER “et al”, 2004).

A guerra fria dos anos pós-2ª guerra mundial acelerou ainda mais o desenvolvimento dos computadores. Em outubro de 1957, a URSS lançou o primeiro satélite artificial da terra, o Sputnik, o que gerou como resposta dos EUA a criação da Advanced Research Projects Agency<sup>5</sup> (ARPA) que tinha como missão estabelecer a liderança mundial norte-americana no uso da ciência e tecnologia. Em 1969 a ARPA lança a Arpanet, uma rede de computadores interligados que deu origem ao que chamamos hoje de Internet.

Os anos 70 foram marcados pela disseminação do uso civil dos computadores nos países sua origem. Entretanto esse uso nesse momento ainda não se dava em larga escala, sendo restrito ao ambiente da universidade e de centros de pesquisa por serem máquinas enormes, frágeis e de difícil operacionalização, servindo aos cálculos científicos e estatísticos do Estado e de grandes empresas e pesadas tarefas de gerenciamento. Em 1970, por exemplo, a Xerox Corporation criou o primeiro protótipo de computador pessoal batizado de Alto, em homenagem a cidade de Palo Alto, na Califórnia, onde se encontrava o Centro de Pesquisas da Xerox. Anos mais tarde, em 1973, Robert Metcalfe, também da Xerox, criou o protocolo de comunicações Ethernet que visava uma forma de trocar mensagens e arquivos entre computadores próximos de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

forma rápida e barata, tornando-se padrão de comunicação por fio. Em 1974, a palavra Internet foi utilizada pela primeira vez, pelo cientista Viton Cerf, do MCI, ao descrever o protocolo TCP (ESTADO, 2004). Já em 1975, a Micro Instrumentation and Telemetry Systems (MITS) lança o primeiro computador pessoal sendo que neste mesmo ano Bill Gates cria a Microsoft (GEHRINGER “et al”, 2004). No ano seguinte, Stephen Wozniak e Steve Jobs formam a empresa Apple na qual criam o microcomputador Apple I e um ano depois, lançam o Apple II que se tornou o microcomputador de maior sucesso comercial da época e revolucionou o uso dos computadores por permitir através desta inovação tecnológica a massificação desse uso.

Podemos então considerar a década de 70 como o ponto de inflexão fundamental no uso do computador, já que o desenvolvimento e a comercialização dos microprocessadores permitiram ao computador escapar progressivamente dos serviços de programação de grandes empresas e Estados para começar a atingir parcelas cada vez maiores da população dos países desenvolvidos, que o utilizavam como instrumento de criação, organização, simulação e diversão. Nos anos 80 uma aproximação cada vez maior entre a informática e as telecomunicações, culminou no desenvolvimento da chama World Wide WEB no início dos anos 90 pelo cientista Tim Berners-Lee do CERN (Organização Europeia para a Investigação Nuclear) através da criação do protocolo Hyper Text Transport Protocol<sup>18</sup> (HTTP).

O Brasil, enquanto um país de inserção desigual nos processos ditados pelo capitalismo deu início nos anos 60 a essa inovação tecnológica quando tanto o setor privado quanto o setor público brasileiro começaram a investir em computadores. Com a iniciativa de modernizar o Estado como proposta ideológica da ditadura, o governo brasileiro reconheceu o computador como a ferramenta ideal a ser utilizada para tal propósito (CHAHIN, 2004). Os resultados imediatos dessas iniciativas foram a aquisição de um computador, o UNIVAC 1105, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (WILLRICH, 2004) e a criação em 1964 do primeiro centro de processamento de dados públicos brasileiro, o Centro Eletrônico de Processamento de Dados do Estado do Paraná (CELEPAR). Também em 1964 foi criado o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) (CHAHIN, 2004). Já em 1965, o Brasil associa-se



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

ao consórcio internacional de telecomunicações por satélite (INTELSAT) e cria o Ministério das Comunicações (MC). O MC cria a Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL) como um instrumento do Estado para intervir diretamente no setor das telecomunicações, detendo então, o monopólio das telecomunicações e da transmissão de dados (FILHO, 2002). A partir da década de 70 começa a se institucionalizar no governo estruturas para regulamentar o setor, sendo que em abril de 1975, a Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) recebeu a incumbência através do Decreto nº 301 de instalar e explorar uma rede nacional de transmissão de dados.

Como já apontado acima, no Brasil, assim como ocorrera nos EUA e nos demais países do mundo, a difusão da Internet deveu-se a fatores institucionais e teve início de fato muito timidamente no final dos anos 80 (apesar de esforços realizados nos anos 70) em razão da posição subalterna do Brasil no capitalismo mundial. Só em 1987 foi realizada a primeira reunião para discutir o estabelecimento de uma rede nacional para pesquisadores com o compartilhamento de acesso às redes internacionais (RNP, 2004). Neste processo é interessante notar que a necessidade de utilizar um canal de comunicação que permitisse esse tipo de rede foi apontada pelos bolsistas da Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo (FAPESP), que retornavam dos cursos de doutorado nos EUA e sentiam falta do intercâmbio mantido no exterior com outras instituições científicas. Diante deste contexto, a FAPESP fez os primeiros contatos com o Laboratório de Física de Altas Energias (FERMILAB) de Chicago – EUA para conseguir a conexão do Brasil com as redes mundiais (ESTADO, 2004). Em 1988 começaram os testes com o Alternex, o primeiro serviço brasileiro de Internet não-acadêmica e não-governamental, sendo que este serviço só foi realmente aberto ao grande público no ano de 1992.

Já a abertura da Internet comercial no Brasil, em termos infraestruturais e técnicos, teve início no final de 1994 e, em 1995, os provedores de acesso comerciais à Internet começaram a operar. Neste mesmo ano, foi criado o Comitê Gestor da Internet no Brasil para fomentar o desenvolvimento dos serviços de Internet, recomendar padrões, procedimentos técnicos e operacionais e coordenar a atribuição de endereços de



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Internet, o registro de nomes de domínios e a interconexão dos backbones brasileiros com os do exterior (CGI-b, 2004). No ano de 1997, o governo brasileiro instituiu um Grupo de Trabalho sobre a Sociedade da Informação para estudar os aspectos para o desenvolvimento do projeto brasileiro para a Sociedade da Informação e estabelecer uma nova geração de redes de Internet através da construção de um projeto nacional para articular e coordenar o desenvolvimento da utilização dos serviços avançados de computação, comunicação e informação. No ano seguinte, o MCT (Ministério da ciência e da tecnologia) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e tecnológico) iniciaram o processo para que se institísse dentro do Governo Federal o programa nacional da Sociedade da Informação. A oficialização do Programa Sociedade da Informação deu-se por meio do Decreto 3.294 de 15 de dezembro de 1999 cuja finalidade substantiva era:

"[...] alcançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade" (Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000, p.5).

Este programa estava estruturado em sete grandes linhas de ação: 1)mercado, trabalho e oportunidades; 2)universalização de serviços para a cidadania; 3)educação na sociedade da informação; 4)conteúdos e identidade cultural; 5)governo ao alcance de todos; 6)pesquisa e desenvolvimento, tecnologias-chave e aplicações e 7)infra-estrutura avançada e novos serviços. Estas sete linhas de ação estão descritas em detalhe no chamado “Livro Verde”, compilação dos resultados do grupo de trabalho iniciado em 1998 e dos esforços seguintes do MCT e do CNPq, publicado no ano de 2000 (SOCINFO, 2004). No final de 2002, é lançado o “Livro Branco” cujo objetivo era consolidar as propostas do “Livro Verde, representando o plano definitivo de atividades para o programa Sociedade da Informação no Brasil acerca do papel e das aplicações das tecnologias da informação e da comunicação na chamada nova sociedade.

## 2. Os esforços de inclusão digital no Brasil



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

A disseminação dos computadores e da Internet, a digitalização dos sistemas e os avanços da biotecnologia mostraram que a transposição dessa tecnologia dos laboratórios para o cotidiano das experiências sociais alterou percepções e práticas, modificando-as e reordenando-as de modo incontornável. Diante do caráter irrevogável do predomínio da informatização em todos os aspectos da vida política, econômica, cultural e social — seja de indivíduos, seja de países — e a imposição do domínio das tecnologias da informação e da comunicação como imperativo para a participação na dinâmica do capitalismo mundial, o Brasil passou a partir especialmente dos anos 2000 não só a investir em iniciativas de modernização de sua estrutura de telecomunicações como a criar e incentivar projetos e programas que promovessem o acesso aos computadores e a Internet como forma de inserir grande parte de sua população na chamada sociedade da informação. Uma das diretrizes estratégicas dos esforços para a promoção da Sociedade da Informação que consta no Livro Branco de 2002 é a de “Educar para a sociedade do conhecimento” e tem como um dos objetivos “ampliar condições de acesso e uso de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para os distintos segmentos da sociedade” (2002, p.67). Os esforços para essa inclusão digital segundo as diretrizes estratégicas apresentadas no Livro Branco devem levar em conta que

“Entre os desafios dessa área, salienta-se o de direcionar os benefícios presentes e potenciais das TIC a todos os brasileiros, para evitar o aprofundamento das desigualdades sociais e do hiato digital. É imprescindível avançar na universalização do acesso, na alfabetização digital, no desenvolvimento e implantação da infra-estrutura e dos sistemas de comunicações de mais altas velocidades, no comércio e serviços eletrônicos, no governo eletrônico e na indústria de equipamentos eletrônicos e de software” (2002, p. 69).

Como uma das iniciativas desse educar para a sociedade do conhecimento, em 2006 foi lançado o Portal de inclusão digital do governo federal que reúne as ações, programas, notícias e eventos do governo federal relacionadas à Inclusão digital. Entretanto, ainda não existe de fato uma estratégia nacional para a inclusão digital, mesmo porque a própria definição do que é inclusão digital implica em objetivos e estruturas diferenciadas segundo a lógica que se impõe na conceituação (econômica como geração



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

de renda; cultural, como produção de conteúdos artísticos e política, como participação em órgãos decisórios, acompanhamento da vida política, etc). Também é importante apontar que os governos estaduais e municipais e alguns representantes do setor privado também desenvolvem programas de inclusão digital, não necessariamente articulados entre si e nem com as demais iniciativas do governo federal. Para apresentar um panorama breve dos programas de inclusão digital e também para reforçar a centralidade das TICs enquanto fundamentais para a economia, a política e a cultura, aponto abaixo alguns dos principais programas de inclusão digital desenvolvidos pelos governos tanto federais como locais (estaduais e municipais) que visam a ampliação do acesso da população à internet.

Entre os mais conhecidos da população brasileira está o programa do governo federal chamado PC para Todos, que através da parceria entre governo federal e BNDES, concede empréstimos subsidiados para varejistas na venda de computadores no país<sup>1</sup>, barateando essa tecnologia e estimulando o seu consumo. Podemos apontar também como algumas das iniciativas do governo federal: *Quiosque do Cidadão*, que instala computadores conectados à internet banda larga em bibliotecas públicas, escolas ou em outros espaços públicos em comunidades carentes dos estados de GO, MG, MS, MT, PE, BA, e também em outras comunidades tradicionais como os Kalungas, Quilombolas e diversas etnias indígenas no Parque Indígena do Xingu-MT, atendendo cerca de 150 mil usuários e o *Projeto um computador por aluno*, que tem a finalidade de promover a

---

<sup>1</sup> O BNDES prorrogou até 2008 a concessão de empréstimos subsidiados para a venda de PCs no país, elevando para R\$600 milhões a verba para financiamentos de computadores. Inicialmente, o programa visava liberar até R\$ 300 milhões ao longo de 2005 e 2006 para que varejistas vendessem PCs com juros baixos a usuários finais. Só podem ser financiados com dinheiro do BNDES PCs que atendam a configuração mínima exigida pelo programa, custem no máximo R\$ 1,4 mil e usem software livre. Os computadores do programa PC para Todos podem ser financiados em até 30 parcelas com juros calculados em função da TJLP, uma das taxas mais baixas disponíveis no mercado financeiro em 2008. Fonte: “Programa PC para Todos é prorrogado até 2008”. Info Online, 15 de janeiro de 2007. <http://info.abril.com.br/aberto/infonews/012007/15012007-13.shl>. A configuração do computador era: processador de 1,5 GHz, disco rígido de 40 GB, monitor de 15 polegadas, teclado, mouse, CD-ROM, disco flexível de 1,44 Mb, memória de 128 MB, placa de fax modem e sistema operacional Linux, além de mais de 20 aplicativos de software livre como editor de texto, planilha, programa gráfico. “Saiba mais sobre o Programa PC para Todos”. Portal Terra. Informática. <http://tecnologia.terra.com.br/interna/0,,OI703619-EI4801,00.html>. (Acessado em 15 de junho de 2010). Atualmente, o programa PC para Todos continua em funcionamento. Para mais detalhes: [http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/Apoio\\_Financeiro/Programas\\_e\\_Fundos/pcconectado.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pcconectado.html). (Acessado em 15 de junho de 2010).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

inclusão digital, por meio da distribuição de um laptop para cada estudante e professor de educação básica em escolas públicas, ainda em fase piloto. Em nível estadual temos o programa ACESSA São Paulo, atualmente com 540 cidades cobertas com postos de atendimento no estado, e que tem por finalidade prover acesso da população às TICs, com foco na Internet e o programa ACESSINHA São Paulo, no Parque da Juventude, dedicado a promoção do acesso à Internet para crianças de até 11 anos. A prefeitura de São Paulo também tem seu programa para inclusão digital os chamados Telecentros definidos como

“espaços com computadores conectados à Internet banda larga. Cada unidade possui normalmente entre 10 e 20 micros. O uso livre dos equipamentos, cursos de informática básica e oficinas especiais são as principais atividades oferecidas à população. (...) É um projeto de uso intensivo da tecnologia da informação para ampliar a cidadania e combater a pobreza...” (Portal da prefeitura de São Paulo acesso em 14/06/2010)

Esses Telecentros são instalados em áreas periféricas da cidade de São Paulo cuja escolha para instalação foi o grau de vulnerabilidade social apresentado por cada região, elegendo as de mais alto grau como prioritárias. Esse programa funciona dentro de bibliotecas, distritos policiais, centros educacionais e de convivência, entre outros<sup>2</sup>. É importante observar que a grande maioria desses programas de inclusão digital tem como foco o acesso a Internet, uma vez que a inclusão digital é pensada em termos de ter ou não ter acesso e em consequência, as políticas de inclusão digital e as instituições responsáveis pelo seu desenvolvimento pautam suas ações no sentido de expandir o acesso físico ao computador e a Internet. Entretanto, essas mesmas políticas e instituições pouco pensam e propõem em termos do uso concreto do computador e da Internet. Paul Dimaggio em seus estudos sobre a desigualdade digital aponta que pensar

“a desigualdade de acesso é importante porque é provável que esta reforce a desigualdade nas oportunidades de mobilidade econômica e participação social... uma compreensão mais profunda da desigualdade digital exige pensar a questão do acesso à Internet em um contexto teórico mais amplo que

---

<sup>2</sup> Uma descrição completa destes e dos demais programas de inclusão digital pode ser encontrada no Portal Inclusão Digital: <http://www.inclusaodigital.gov.br/outros-programas>



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

considere o impacto das tecnologias de informação e dos produtos de informação sobre as desigualdades sociais” (2001, p.2 -tradução livre).

O autor também aponta que pensar os impactos das TICs sobre as desigualdades no acesso à informação e às desigualdades sociais requer uma análise comparativa do impacto da desigualdade de acesso a todos os principais meios de comunicação como a Internet, a Televisão, o rádio e até mesmo a fala, as conversas cotidianas. Além disso, DiMaggio chama a atenção para a desigualdade entre aqueles que usam a Internet já que fatores como gênero, raça e nível socioeconômico afetam a eficácia, a facilidade e a qualidade do uso das TICs. Outro ponto fundamental na análise de DiMaggio sobre a desigualdade digital está no fato dele apontar que acesso é diferente de uso; ele diz inclusive que utilizar ambos como sinônimo é bastante infeliz, pois são termos qualitativamente diferentes em sua aplicação prática e, geralmente, o número daqueles que tem acesso é sempre superior em relação aquele que de fato faz uso de determinada TIC. Com isso, DiMaggio dirige uma crítica pesada aos tradicionais estudos e políticas que entendem a desigualdade digital em termos de ter ou não ter acesso e que sobre essa concepção binária baseiam todas as suas ações de inclusão digital. Ele chama a atenção para a relevância fundamental de se considerar em qualquer análise sobre a desigualdade digital questões como: região e local de residência, estatuto de emprego, renda, escolaridade, raça/etnia, idade, gênero e estrutura familiar, uma vez que a conjunção desses dados revela muito mais os tipos de acesso e de uso do computador e da Internet.

Para se entender a desigualdade digital é necessário reconhecer que existem grupos que pela conjugação das características apontadas acima estão em vantagem ou desvantagem no que diz respeito ao uso do computador e da Internet e, que, como já apontou DiMaggio, a familiaridade e a fruição relacionadas a qualquer tecnologia de informação ou rede de comunicação tem um peso significativo no uso do computador e da Internet. Os padrões de desigualdade digital segundo ele refletem não apenas diferenças de recursos individuais, mas também a maneira com que fatores econômicos e políticos produzem tais diferenças de acesso e, especialmente de uso. DiMaggio ainda aponta que como o acesso tem se difundido cada vez mais, uma vez que se antes a nova tecnologia —o computador e a Internet— era restrita a uma elite (definida ou



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

por riqueza ou por posição institucional ou por ambas) como a grande distinção entre ricos e pobres, hoje com a larga difusão do acesso ao público inicialmente excluído (especialmente através das políticas de inclusão digital) são as dimensões relacionadas à qualidade do uso que se tornam a base para a nova estratificação dos benefícios das TICs. A questão central aqui é que conforme cresce a penetração das TICs, o acesso a Internet passa a ser uma realidade para grande parte dos grupos sociais, multiplicando os grupos populacionais privilegiados em relação ao acesso a uma tecnologia distintiva, processo que gera indivíduos que são privilegiados em relação a alguns parâmetros de uso do computador e da Internet, mas que estão em franca desvantagem em relação a outros, que passam a compor o novo padrão de excelência na apropriação das TICs. Isso faz com que a oposição binária “tem” ou “não tem” acesso que rege as políticas de inclusão digital na maioria dos países que estão comprometidos com a implantação total e integral da sociedade da informação, seja uma falsa questão ou, no mínimo uma leitura bastante ingênua da questão da desigualdade digital e das políticas de inclusão digital que visam combatê-la. Qualquer política de inclusão digital deve, portanto, voltar a sua atenção para a desigualdade originária, presente em características específicas em que os beneficiários do bem ou serviço — no caso os usuários de centros de inclusão digital— foram condicionados e também nos usos desiguais do computador e da Internet segundo a estratificação social. Lembremos que todo período histórico possui um conjunto de tecnologias que as sociedades dominantes e dentro delas, suas elites, utilizam como fonte especial de poder e de reprodução da riqueza e, nesse nosso período histórico, é inegável que não só o acesso como o uso concreto da rede mundial de computadores e das demais tecnologias de informação e de comunicação é o traço distintivo entre quem está “dentro” e quem está “fora”, ou para utilizar um termo de Bourdieu, para caracterizar a nova nobreza cultural, agora baseada na cultura digital.

### 3. Considerações finais

Podemos dizer a partir do acima exposto que há modos específicos de apropriação do uso do computador e da Internet segundo um recorte de classe; o computador e a Internet são coisas diferentes para cada grupo social e seu uso concreto traduz uma hierarquização na apropriação dessa tecnologia e, conseqüentemente, no seu uso. Em “A escola conservadora” e “A reprodução”, Bourdieu vai demolir a idéia durkheimiana



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

de que a educação e os processos de produção simbólica são homogêneos e fixam simplesmente as similitudes essenciais que a vida coletiva supõe, e alertar para a “amnésia” da gênese que se exprime na ilusão ingênua do ‘sempre assim’, assim como nos usos substancialistas da noção de inconsciente cultural que pode conduzir a eternizar e com isso, a naturalizar as relações significantes que são o produto da história’ (1975, p. 23). Com isso Bourdieu mostra que ao contrário do que dizia Durkheim, e no caso específico deste trabalho, ao contrário do que dizem as políticas de inclusão digital, as ações de produção simbólica que se exercem numa dada formação social não colaboram harmoniosamente para a reprodução de um capital cultural concebido como propriedade indivisa de toda a sociedade, antes correspondendo a interesses materiais e simbólicos de grupos ou classes diferentemente situadas na relação de força. Como bem apontou DiMaggio a questão da inclusão digital não pode ser tratada segundo o ter ou o não ter acesso e mais, deve-se levar em conta que se estabelecem usos diferenciados do computador e da Internet segundo um conjunto de características que remetem a uma posição de classe. A questão então fica clara: os incluídos na cultura digital não são iguais entre si, eles estão incluídos em determinada posição que se relaciona a sua posição na hierarquia das classes.

Boa parte do discurso sobre a inclusão digital afirma que o acesso à tecnologia informática poderia per si ou, pelo menos, seria boa parte do caminho para a promoção da igualdade, uma vez que estaríamos amplamente conectados, viabilizando assim um projeto coletivo de novo humanismo, uma revisão dos valores, uma ampliação da democracia, ou em um contexto de pobreza, a superação dos fatores de desigualdade social. Entretanto, os limites dessa política de inclusão digital, pensada exclusivamente em termos de ter ou não ter acesso ignora os usos possíveis e concretos do computador, usos esses orientados pelo capital cultural acumulado pelos usuários e que se manifesta no bom manejo do computador. Este capital de cultura digital favorece o desempenho e a aprendizagem dos conteúdos e códigos intrínsecos à linguagem da tecnologia informática tanto quanto diz respeito ao acúmulo e à utilização de informações que versam sobre a estrutura e o funcionamento dos softwares, dos sites e das diversas ferramentas de pesquisa e de multimídia disponíveis nos computadores. É necessária uma disposição cultivada, engendrada por condições específicas de apropriação legítima



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

dessa tecnologia e gestada pela precocidade do contato com o computador e com um vasto repertório cultural, para que esse uso concreto possa se processar. Dentro do universo de possibilidades criado pelo capital cultural de cada um dos usuários do computador, a sua relação, as suas fruições nas pesquisas, na forma dessas pesquisas, no conteúdo dessas pesquisas estão fortemente condicionadas não só pelo contato precoce com o computador, mas com toda uma bagagem de conhecimento escolar, artístico, literário e político e mesmo com o domínio do idioma para conformar um uso potencialmente descortinador do mundo, transformador, expansivo.

### Referencias Bibliográficas

Bourdieu, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento, Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. Escritos de educação, Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. A reprodução, Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves Editora, 1975.

Brasil. Ministério da Ciência e Tecnologia. Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (Brasil) (1998). Sociedade da informação: ciência e tecnologia para a construção da Sociedade da Informação no Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia.

Chahin, Ali “et al”. “e-gov.br: A próxima revolução brasileira”, São Paulo, SP: Prentice Hall, 2004.

CGI-a, Comitê Gestor da Internet do Brasil, 2004. Sobre o Comitê Gestor: História In <http://www.cgi.org.br/sobrecg/historia.htm>. Acesso em 30/04/2010.

CGI-b, \_\_\_\_\_, 2004. Sobre o Comitê Gestor: Apresentação In <http://www.cg.org.br/sobre-cg/apresentacao.htm>. Acesso em 30/04/2010.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Dimaggio, P; Hargittai Eszter. “From the ‘Digital Divide’ to ‘Digital Inequality’: Studying Internet uses as Penetration Increases”. Artigo apresentado no verão de 2001 para o Center for Arts And Cultural Policy Studies. Disponível em: [http://www.webuse.umd.edu/webshop/resources/Dimaggio\\_Digital\\_Divide.pdf](http://www.webuse.umd.edu/webshop/resources/Dimaggio_Digital_Divide.pdf). Acesso em 07/05/2011.

\_\_\_\_\_. “et al”. “Social Implications of the Internet”. In An. Rev. Sociol., 27, 2001, pp. 307-336.

ESTADO. Grupo Estado, 2004. A história da Internet: Cronologia. In <http://txt.estado.com.br/educacao/especial/internet/interne10.html>. Acesso em 01/05/2010.

Filho, José Eduardo Pereira. A EMBRATEL: da era da intervenção ao tempo da competição In Revista de Sociologia e Política, vol. 18, junho de 2002.

Gehringer, Max “et al”. Odisséia Digital. São Paulo, SP: Editora Abril, 2004.

Gurstein, M., “Effective use: A community informatics strategy beyond the Digital Divide”. In First Monday, vol. 8 (12), 2003.

Lévy, Pierre. A conexão planetária: o mercado, o cyberspaço, a consciência. São Paulo, SP: Ed. 34, 2001.

\_\_\_\_\_. Inteligência coletiva: por uma antropologia do cyberspaço. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2000.

Ministério da Ciência e Tecnologia. LIVRO BRANCO : CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. 2002. Resultado da Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação In [www.mct.gov.br](http://www.mct.gov.br) . Acesso em 12/05/2010.

RNP, Rede Nacional de Pesquisa, 2004. História da RNP In <http://www.rnp.br/rnp/historico.html>. Acesso em 02/05/2010.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

SOCINFO, Sociedade da Informação, 2004. Sobre o Programa: Histórico In <http://www.socinfo.org.br/sobre/historico.htm>. Acesso em 02/05/2010.

Sorj, Bernardo; Guedes, Luis Eduardo. “Exclusão digital: Problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas” In Novos estudos - CEBRAP no.72, Julho 2005.

Takahashi, Tadao (org.). Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. In <http://www2.eptic.com.br/sgw/data/bib/livros/ddfa7c40027cbc8255b99c823cc14a25.pdf>. Acesso em 08/05/2010.

Willrich, Roberto, 2004. Conceitos básicos de informática In <http://www.comp.ufla.br/~monserrat/icc/Historia2.pdf>. Acesso em 30/04/2010.